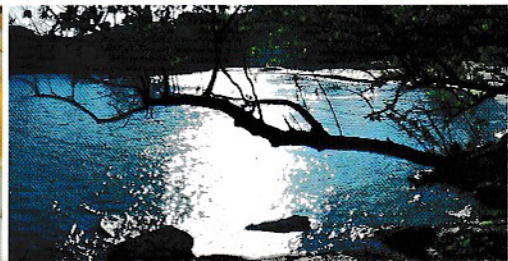


# Planejamento Turístico

Doris Ruschmann  
Karina Toledo Solha



Manole



Copyright © 2006 Editora Manole Ltda., conforme contrato com as autoras.

Editoração Eletrônica: Acqua Estúdio Gráfico  
Capa: Departamento de Arte da Editora Manole  
Imagens da Capa: <http://www.sxc.hu>

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

Planejamento Turístico / Doris van de Meene Ruschmann, Karina Toledo Solha (organizadoras). Barueri, SP : Manole, 2006.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 85-204-1573-3

1. Ecoturismo 2. Turismo - Planejamento  
I. Ruschmann, Doris van de Meene. II. Solha, Karina Toledo.

05-5788

CDD-338.4791

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Planejamento turístico: Economia 338.4791  
2. Turismo: Planejamento e desenvolvimento: Economia 338.4791

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida,  
por qualquer processo, sem a permissão expressa dos editores.  
É proibida a reprodução por xerox.

1ª edição brasileira – 2006.

Direitos adquiridos pela:  
Editora Manole Ltda.  
Av. Ceci, 672 - Tamboré  
06460-120 - Barueri - SP - Brasil  
Fone:(011) 4196-6000 - Fax: (011) 4196-6021  
[www.manole.com.br](http://www.manole.com.br)  
[info@manole.com.br](mailto:info@manole.com.br)

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

Nº Reg.: 0.000827109  
Nº Classe: 338.47910688184122  
Data: 16/06/2009

- Paulo dos Santos Pires Engenheiro florestal pela UFSM, Mestre em conservação da natureza pela UFPR, Doutor em Ciências pela USP. Atua como docente, pesquisador e orientador nos cursos de graduação e pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Univali. Tem como áreas temáticas de atuação: ecoturismo e turismo sustentável, uso público em Unidades de Conservação, gestão de impactos ecológicos do turismo, paisagem e turismo, recursos naturais do turismo.
- Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira Doutora em Geografia Humana, Professora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria do Centro de Educação/Balneário Camburiú (CE/BC) da Univali SC.
- Reinaldo Miranda de Sá Teles Doutorando e Mestre em Ciências da Comunicação, Turismo e Lazer pela ECA-USP. Bacharel e licenciado em Geografia pela FFLCH-USP. Docente do curso de graduação e pós-graduação *latu sensu* em Turismo da ECA-USP. Docente do curso de Turismo da Faculdade Cásper Líbero.
- Rogéria Antunes Doutora, Mestre e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Consultora com ênfase na análise, projeções e monitoramento social das condições e qualidade de vida de populações urbanas e rurais. Docente em cursos de graduação em Sociologia Geral, Sociologia Jurídica e Antropologia Cultural da Universidade Paulista (Unip).
- Roselys Izabel Corrêa dos Santos Doutora em História Econômica pela USP. Mestre em História Social pela UFSC. Coordenadora do mestrado em Turismo e Hotelaria da Univali, onde também ministra a disciplina Elementos Sócio-culturais da Oferta Turística. Pesquisadora e Orientadora da Linha de Pesquisa "Planejamento e Gestão dos Espaços para Turismo".
- Sarita Maria Boehm Mestre em Turismo e Hotelaria pela Univali.
- Sílvio Lima Figueiredo Doutorando em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/Universidade Federal do Pará (Ufpa). Bacharel em Turismo pela UFPA. Professor da Ufpa. Consultor em Turismo e Documentarista (dirigiu

# SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES.....	VII
APRESENTAÇÃO.....	XVII
 <b>PARTE 1. REFLEXÕES SOBRE PLANEJAMENTO TURÍSTICO</b>	
1. TURISMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL – UMA REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS .....	3
Yolanda Flores e Silva e Yolanda Irene Keller Boia	
2. O ESPAÇO DO FENÔMENO TURISMO NO CONTEXTO ATUAL ...	19
Evanice Silva do Carmo	
3. A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO NA PRÁTICA DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO – REFLEXÕES ACERCA DO BRASIL .....	45
Reinaldo Miranda de Sá Teles	
4. O ENSINO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO NOS CURSOS SUPERIORES DE TURISMO: REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA .....	66
Marcelo Vilela de Almeida	
5. POLÍTICA DE TURISMO: DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO .....	89
Karina Toledo Solha	



**PARTE 2. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NO PLANEJAMENTO TURÍSTICO**

6. MODELO PRÁTICO-TEÓRICO REFERENCIAL PARA  
 DIAGNÓSTICO DE DESTINAÇÕES TURÍSTICAS – O CASO DO  
 PDITS PÓLO COSTA DO SOL (CE) ..... 103  
 Doris van de Meene Ruschmann, Caroline Valença  
 Bordini e Aline Delmanto
7. SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA. AVALIAÇÃO  
 MULTIDIMENSIONAL DA CAPACIDADE DE CARGA DE ÁREAS  
 TURÍSTICAS ..... 124  
 Gladis L. Maddalozzo Granemann
8. ANÁLISE COMPARATIVA DE PAISAGEM EM TURISMO:  
 SISTEMAS DE REFERÊNCIA ..... 154  
 Sílvio Lima Figueiredo e Carlos Alberto Manhi
9. CAPACIDADE DE SUPORTE TURÍSTICO: O CASO  
 DAS ATIVIDADES DE LAZER NA ILHA DE  
 PORTO BELO (SC) ..... 175  
 Francisco Antonio dos Anjos e Paulo dos Santos Pires

**PARTE 3. PROPOSTAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO**

10. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: UM OLHAR SOBRE AS  
 COMUNIDADES RECEPTORAS ..... 201  
 Rogéria Antunes
11. MODELOS MULTIORGANIZACIONAIS NO TURISMO:  
 CADEIAS, CLUSTERS E REDES ..... 219  
 Inez Maria Dantas Amor Garrido

12. EM BUSCA DA IDENTIDADE PERDIDA: SUBSÍDIOS PARA  
UMA POLÍTICA INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO EM  
TURISMO CULTURAL NOS MUNICÍPIOS DE PIÇARRAS  
E PENHA (SC) ..... 253  
Janete Jane Cardozo da Silveira e Roselys Izabel Corrêa  
dos Santos
13. FERROVIA DAS BROMÉLIAS: REVITALIZAÇÃO DE UM  
TRECHO DA ESTRADA DE FERRO SANTA CATARINA –  
RESGATE CULTURAL E TURISMO ..... 270  
Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira e Sarita Maria  
Boehm
14. PLANEJAMENTO TURÍSTICO POR MEIO DA ELABORAÇÃO  
DE ROTEIROS ..... 298  
Miguel Bahl
15. O USO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NA  
MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DE LAGES (SC) ..... 317  
Doris van de Meene Ruschmann e Caroline Valença  
Bordini

## 8. ANÁLISE COMPARATIVA DE PAISAGEM EM TURISMO: SISTEMAS DE REFERÊNCIA<sup>1</sup>

SÍLVIO LIMA FIGUEIREDO  
CARLOS ALBERTO MANHI

### INTRODUÇÃO

No estudo de paisagens no planejamento turístico, alguns elementos fazem-se importantes, já que o objetivo é discutir metodologias de análise de paisagem para o turismo. A noção de ecossistema é fundamental: considerado um conjunto constituído por um grupo de seres vivos de diversas espécies e por seu meio natural, um ecossistema é o conjunto estruturado pelas interações que esses seres vivos exercem uns sobre os outros e que existem entre eles e seu meio (Tricart, 1981).

Percebendo a heterogeneidade como fator importante, a ecologia da paisagem pressupõe inter-relações espaciais e temporais e também sua influência no meio biótico e abiótico, tendo como metas o manejo e planejamento. É a busca de padrões de ecossistemas, a relação dos padrões com os processos ecológicos, conjuntamente com a variável temporal (Forman e Godron, 1986).

Segundo Béguin (1995), as Geociências estão aptas a instruir o homem sobre as realidades físicas, econômicas e técnicas da qual ele faz parte. Considera que a paisagem é expressão dessas realidades. Assim, as paisagens podem nos ensinar como essas mesmas realidades são construídas e como se transformam. A paisagem torna-se uma verdadeira memória coletiva,

---

<sup>1</sup> Texto dedicado ao prof. Felisberto Cavalheiro e à profª Olga Tulik.

na qual estariam registradas as sucessivas investidas humanas sobre a terra. Sob essa perspectiva, considera-se Maurice de Lennou (apud Béguin, 1995), que afirma que a paisagem é sempre uma expressão profunda de um grupo humano; isso porque ela nasce do confronto de dados naturais e de técnicas humanas. A partir disso, Lennou sustenta que os pesquisadores, com base em uma análise da paisagem, podem perceber tanto a materialidade de um território como o espírito que o concebeu.

### PAISAGEM E TURISMO, A OBJETIVIDADE EM METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO

Uma das principais formas de avaliação de atrativos turísticos, principalmente os chamados atrativos naturais, é a avaliação de suas características paisagísticas, por meio de conceitos há muito utilizados no turismo, como beleza cênica, qualidade de paisagem e entorno (valor estético). Pretende-se discutir um assunto que se torna problema metodológico quando se dá a análise de como qualificar uma paisagem, quais metodologias utilizar para sua valoração, dentro de uma discussão entre objetivismo e subjetivismo na ciência. A paisagem é analisada por suas características cênicas a partir de quais parâmetros? Assim, serão lançados alguns pontos de discussão de extrema importância no estudo das metodologias de análise.

No entanto, é imprescindível uma discussão inicial sobre o conceito de paisagem. A paisagem não é uma simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço resultante da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos, os quais, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (Bertrand, 1971). É a entidade espacial delimitada segundo um nível de resolução do pesquisador, a partir de objetivos centrais da análise, de qualquer modo sempre resultando da integração dinâmica, e, portanto, instável, dos elementos de suporte, forma e cobertura – físicos, biológicos e antrópicos – e expressa em par-



tes delimitáveis infinitamente mais individualizadas pelas relações entre elas que organizam um todo complexo (sistema). Um verdadeiro conjunto solidário e único em perpétua evolução (Monteiro, 2000). De acordo com as observações de Bertrand e de Monteiro, a paisagem é algo mais do que a simples configuração aparente e perceptível ao homem.

Vincent Gerardin e Jean-Pierre Ducruc, no texto *Le paysage derrière le paysage*, procuram contribuir com a discussão em torno da paisagem, retendo quatro conceitos básicos:

- paisagem visível: cultural ou simbólica. Segundo essa definição, a paisagem não existe sem o observador e há tantas paisagens em um mesmo ponto de vista quanto há observadores, cada um dotado de características fisiológicas próprias e marcados por uma sensibilidade afetiva e uma cultura distinta;
- paisagem perceptível: construída ou natural. Essa paisagem recobre a superfície do planeta. É constituída por uma pequena camada muito limitada, encravada entre a superfície mineral do solo e o cume mais alto das árvores, em meio natural; ou o mais alto edifício, em meio construído;
- paisagem fundamental: características geossistêmicas. Essa paisagem é constituída somente por elementos físicos do meio-suporte e da biosfera. É o geossistema que impõe as formas, as linhas, os planos e as massas;
- paisagem integral: inter-relações das paisagens. Segundo essa definição da paisagem, cada porção do território é um sistema ecológico resultante das interações e das trocas entre o meio físico, o meio-suporte (paisagem fundamental) e os elementos biológicos que o colonizam (Gerardin e Ducruc, 1998: 2-3).

Passou-se, então, de um conceito baseado nas características geossistêmicas do meio, para um conceito que valorize as questões estéticas, que são resultados de composições geossistêmicas. O conceito de Yi-Fu Tuan reforça a seguinte discussão:

A transformação axial na visão do mundo, de cosmo para paisagem, pode ser rastreada na mudança do significado das palavras "natureza", "paisagem" e "cenário". No uso moderno, as três palavras compartilham de um núcleo comum de significado: cenário e paisagem são muitas vezes usados como sinônimos e ambos implicam natureza. No entanto, a união não foi sem sacrifício. A palavra natureza aparece junto com cenário e paisagem porque perdeu muito de seu domínio semântico e as palavras cenário e paisagem são quase sinônimas devido à perda de precisão em seus significados (1980: 152).

O conceito de Santos (1988) ressalta a percepção da paisagem: "é o domínio do visível ou de tudo aquilo que a visão abarca, sendo ainda formada de odores, sons e movimentos".

Para Denis Cosgrove, a paisagem é uma "maneira de ver", uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma "cena", em uma unidade visual. O conceito de paisagem nos lembra nossa posição no esquema da natureza e que somente por meio da consciência e da razão humanas esse esquema é conhecido por nós e apenas pela técnica podemos participar dela como seres vivos (1998).

No turismo, é importante compreender que, segundo os conceitos utilizados anteriormente, são levadas em consideração principalmente a paisagem visível e a perceptível, no sentido em que é possível se preocupar ao mesmo tempo com a estrutura de uma unidade de paisagem, suas linhas e formas, e como ela é percebida pelo homem – neste caso, o turista seria o principal agente qualificador. E, ainda, que não importa somente aquilo que é "feito" ou "bonito", mas o que é interessante, exótico e diferente.

Na questão metodológica, é possível seguir por dois caminhos que podem ser complementares ou antagônicos. Analisar uma determinada paisagem é uma possibilidade de investigar como determinado grupo a percebe, interpreta e julga. Portanto, o caminho a seguir é ir até o grupo e, por meio de técnicas de coleta de dados como questionários, entrevistas ou elaboração de mapas mentais, identificar quais paisagens são mais importantes

e apreciadas, e, a partir do seu "percebedor", qualificar a paisagem como adequada ou não à exploração do turismo.

A percepção é fundamental para o conceito de paisagem, pois distribui a significação entre o objeto e o sujeito percebedor. A percepção da paisagem se dá de uma forma complexa, por meio de um importante elemento do processo, chamado juízo perceptivo, que seleciona aquilo que é percebido e o analisa. O que se percebe são representações e signos, que dizem respeito a ângulos ou faces do objeto (Ferrara, 1996: 63). É a escolha que se dá por meio dos valores de quem percebe. É, em um primeiro nível, a apreensão sensorial, seguida da utilização seletiva das imagens. Para Dansereau (1999), fundamenta-se na relação entre a projeção íntima, que vai da natureza até o homem (*inscape*), e o retorno, que é a intervenção calcada nos diferentes usos. A operação inicia-se com a percepção, passando por educação, pesquisa, poder, planejamento até chegar à gestão.

A principal questão é, no entanto, como qualificar uma paisagem para o turismo mediante técnicas que não transfiram para o turista (ou outro grupo qualquer) o julgamento, munindo o pesquisador de instrumentos para realizar a tarefa. Chega-se então à questão de como esse pesquisador pode julgar a paisagem sem, contudo, utilizar sua subjetividade para considerá-la importante, adequada ou não.

Algumas metodologias são trazidas por Rougerie e Beroutchachvili (1991), Boullon (1985), e Forman e Godron (1986). Com base nessas observações, sugere-se aqui uma metodologia para a análise valorativa da paisagem, a partir de uma objetivação e até quantificação de seus elementos.

No livro de Forman e Godron, encontram-se análises referentes à estrutura da paisagem e a sua dinâmica. Para os autores, a paisagem caracteriza-se por ser composta de elementos como matriz, manchas e corredores. Essas manchas e corredores concentram-se na matriz paisagística, definida como massa homogênea em que alguns elementos diferenciam-se e ficam visíveis (1986: 159). A partir desse conceito, aparecem as noções de sistema, rede de comunicações (*network*) e conectividades, que darão dinamismo à estrutura da paisagem. Além disso, o con-

ceito de porosidade, que relaciona as manchas às matrizes, faz com que o dinamismo da paisagem esteja presente nas análises. Para o turismo, esse movimento é importante para caracterizar a paisagem observada, levando em consideração a premissa de que quanto mais movimento, mais atratividade ela despertará, expressa no conceito de porosidade da relação matriz-mancha.

A abordagem da paisagem como sistema dinâmico, por meio de estudos de estrutura, sistema e função, também aparece em Ingegnoli (1993), além da importância da utilização de modelos de referência. Dentro dessa metodologia, trabalhando também com os conceitos de matriz e mancha, o autor apresenta uma série de matizes na qualificação da paisagem, dentre as quais a riqueza das espécies, diversidade e dominância (Ingegnoli, 1993: 151-6).

Para Rougerie e Beroutchachvili, a paisagem é uma unidade, tanto do ponto de vista social como do ecológico. Então, analisar o espaço geográfico e seu funcionamento é o mesmo que estabelecer uma interface entre o natural e a sociedade. Elaboraram um sistema de *referência de paisagem* sustentado por um método simples, esquematizado em três unidades: "um lugar, um dia, um fato concluído". Então, a paisagem depende de um processo combinatório entre o meio geográfico e seus atores. A unidade paisagística é considerada como um conjunto especial homogêneo, percebido ou utilizado em um período homogêneo, por um grupo ou indivíduo. O processo analítico inicia-se com um inventário pré-paisagístico, mediante a exploração de uma grade espacial que examina o terreno sob a perspectiva de hiperaproximação, resultando em uma grade de aproximação sensorial da paisagem (1991: 220).

Para Boullón, a paisagem é formada por atrativos naturais e pelo ambiente natural que se destaca por sua beleza (1985: 97). Não esquecendo o ambiente urbano, o autor classifica paisagem em: natural, cultural e urbana. Ele lembra a característica predominantemente estética e cenográfica do conceito, associando-o com o conceito de imagem, a partir de elementos perceptíveis, visíveis na forma de cenas. No turismo, as qualidades estéticas da paisagem são colocadas em primeiro plano e quando se tenta



avaliá-la, leva-se em consideração decisões de cunho subjetivo (Boullón, 1985: 102).

O autor informa ainda sobre as propriedades da paisagem, demonstradas pela diversidade, repetição (frequência), unidade e mudança, de acordo com os elementos que a compõem, podendo ser homogêneas e heterogêneas.

Na qualificação, encontram-se os seguintes componentes sensoriais: formas, odor, cor, luz, textura, sons, temperatura e atmosfera (Boullón, 1985: 108).

O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), quando houve necessidade de qualificar e hierarquizar atrativos, precisou criar parâmetros para julgar, na pesquisa do inventário, acessos, transportes, equipamentos e serviços turísticos e o valor intrínseco do atrativo. Esse valor traz como quesitos as características relevantes, e também o fator subjetivo para qualificar beleza, paisagem, imagem de mercado (Embratur, 1984).

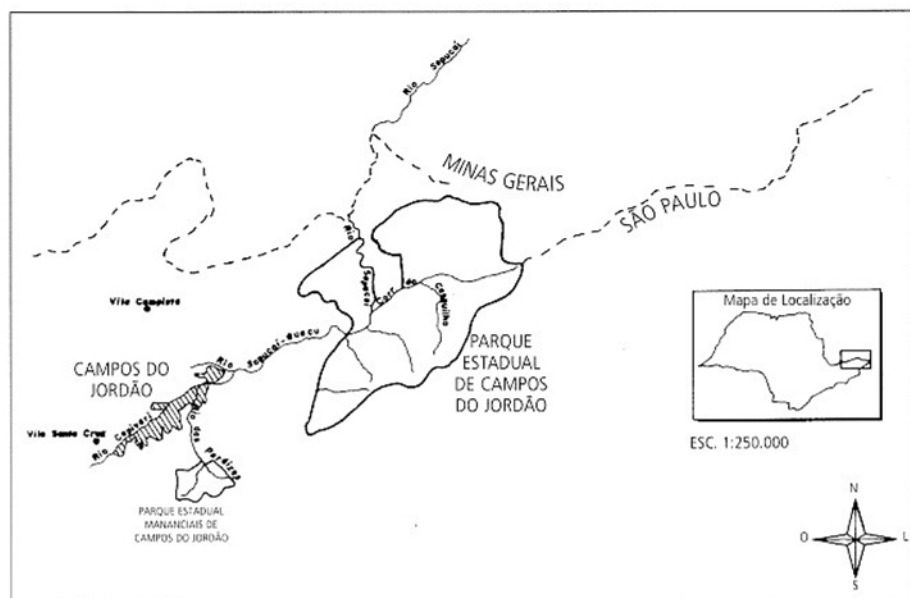
### A PAISAGEM DO PARQUE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO COMO ESTUDO DE CASO<sup>2</sup>

O Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, localizado nesse mesmo município, em São Paulo, foi criado em 1993, pelo Decreto n. 37.539, com o objetivo de preservar os ecossistemas, as espécies vegetais e animais e seus habitats, assim como a qualidade das águas ali originadas. Esses mananciais são formados pelo ribeirão do Salto e pelo córrego do Coutinho, os quais originam o ribeirão das Perdizes, e que, juntamente com o rio Capivari, formam o rio Sapucaí-Guaçu. A vegetação é composta por mata natural, plantação de *Pinus sp.*, campos (natural ou antrópico) e capoeira. Possui uma área de 502,96 ha e altitudes que chegam a 1.950 m. A proteção do papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*), ameaçado de extinção, também é objetivo do parque (Silva, 1998).

---

<sup>2</sup> A pesquisa foi desenvolvida em 2003, quando o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão não apresentava ainda estudos de manejo para visitação nem estruturas para facilitar essa visitação.

**Figura 8.1** – Localização do Parque Estadual de Campos do Jordão (Horto Florestal) e do Parque dos Mananciais.

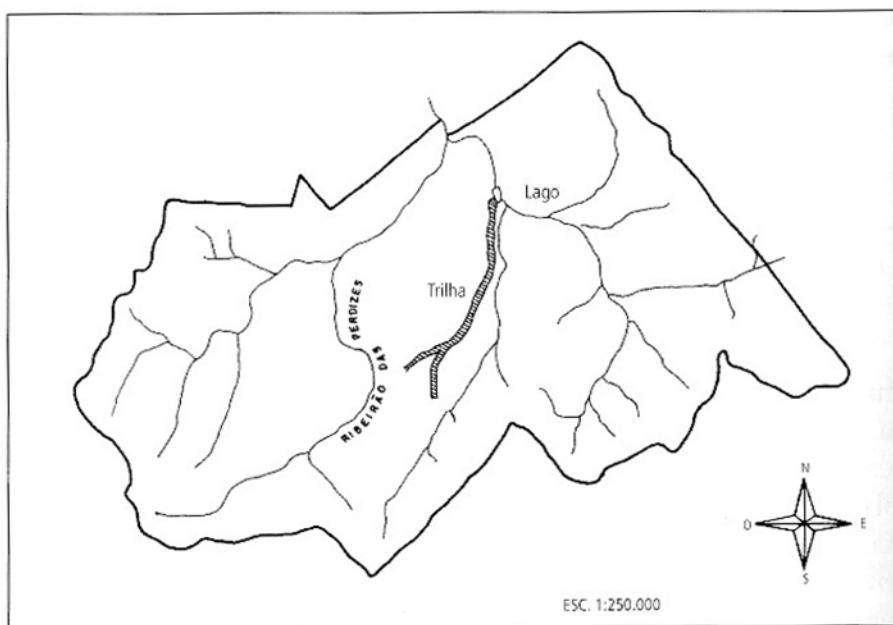


No estudo do Parque, o primeiro passo foi a seleção da unidade de paisagem, com base em critérios jurídicos, naturais ou de acordo com o objetivo de cada estudo. Pelas características do trabalho levantado, a concentração da análise recaiu sobre a *paisagem fundamental*, então reconhecida como suporte material, que serviu de base para o levantamento da *paisagem perceptível*. Houve a preocupação com a elaboração do padrão geral da paisagem (geossistema), considerando os seguintes aspectos:

- seqüência ordenada de fases em cada ponto de espaço;
- estrutura da paisagem: padrão e não-padrão;
- estabelecimento de matriz, manchas e corredores;
- fragmentação da unidade de paisagem;
- porosidade.

Houve o objetivo de levantar um suporte material que viabilizasse a percepção da paisagem em uma *unidade paisagística* no Parque dos Mananciais. Os observadores dessa paisagem seriam os potenciais visitantes do Parque. A preocupação foi destacar, dentro da unidade de paisagem, estruturas paisagísticas que possuísem potencialidades perceptivas na apreciação de tais visitantes. A partir dessa escolha, levaram-se em consideração as características geossistêmicas e as características estético-cenográficas dessa unidade.

**Figura 8.2** – Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, trilha.



Como o objetivo central deste trabalho foi avaliar as qualidades perceptivas da unidade escolhida, foi necessária a instauração de parâmetros que viabilizassem futuras comparações. Teve-se, então, como referência ou parâmetro para comparação, uma categorização sensorial da trilha de um outro parque, localizado também em Campos do Jordão (SP): o Parque Estadual

de Campos do Jordão, chamado de Horto Florestal<sup>3</sup>. Isso por se considerar que havia, tanto no Parque dos Mananciais como no Horto, unidades de paisagem similares: trilhas que favorecem a percepção e posterior apreciação da paisagem.

O objeto de estudo passou a ser, portanto, um recorte da paisagem do Parque dos Mananciais. Para estabelecer esse recorte, levou-se em consideração uma unidade de paisagem localizada em área de baixa fragilidade, respeitando e valorizando, nesse recorte, a sustentabilidade dos mananciais do Parque. A definição dos limites de tal unidade resultou de um enquadramento artificial, ou seja, não foram adotados os limites naturais. A formação desse quadrilátero de observação hierarquiza o olhar do observador-visitante. Portanto, a unidade de paisagem teve como núcleo a trilha-corredor do Parque dos Mananciais. Esse recorte permitiu uma avaliação qualitativa, uma vez que há parâmetros de comparação com uma outra unidade similar já existente no Horto Florestal, a trilha dos Campos do Timoni (com 3 km de extensão e tempo médio de 1h40min).

A preocupação foi destacar, dentro da unidade de paisagem, estruturas paisagísticas que possuíssem potencialidades perceptivas na apreciação de visitantes. A partir dessa escolha, foram consideradas as características geossistêmicas e estético-cenográficas dessa subunidade.

Um segundo passo foi a instauração de parâmetros que viabilizassem futuras comparações, com unidades de paisagem que fossem de alguma forma similares.

Se tomarmos uma paisagem natural ou cultural, temos uma expressão visual que, pelo contraste dos seus movimentos, emite uma vivacidade como em qualquer expressão ou fenômeno

<sup>3</sup> Localizado no município de Campos do Jordão, São Paulo, Brasil, o parque foi criado em 1941, pelo Decreto Estadual n. 11.908. Tem como objetivo proteger as Araucárias (*Araucaria angustifolia*) e, em uma vegetação dominada pelo pinheiro brasileiro, podocarpos e outras espécies, é rico em epífitas, musgos, orquídeas e bromélias. Sua área total é de 8.341 ha e atinge 2.000 m de altitude. O Horto possui uma estrutura de serviços, atividades e recepção de turistas já consolidada, sendo uma das atrações mais importante da cidade (Galo Jr., 2000).



artístico. Nos contextos paisagísticos, os elementos visuais mais recorrentes são descritos por Griffith e Valente (1979) como:

- linha (estreita do horizonte, do mar ou do cerrado);
- forma (p. ex., a grande escala das serras altas);
- textura (complexa, como a vegetação tropical);
- complexidade;
- cor.

O Quadro 8.1 apresenta algumas variáveis que podem demonstrar a qualidade da paisagem.

**Quadro 8.1** – Quadro demonstrativo de análise da paisagem.

Estrutura	Quantos e quais elementos de paisagem existem e são perceptíveis no ecossistema.
Grau de complexidade	Alto, médio, baixo. É dado pela quantidade de elementos e sua organização na paisagem.
Quantidade de manchas visíveis na matriz	Identificação da matriz e das manchas que podem ser observadas.
Amplitude visual	Grande (180°), média (90°), pequena. Capacidade de observação da visão humana, quantidades de elementos percebidos, sempre em função da identificação da matriz/mancha ou atrativo observado.
Cor	Adjetivar: monocromática/policromática, quente/fria.
Linhas	Linhas horizontais e verticais. Fila ou seqüência, limites, margens, bordas. Quantificar e observar formas de linhas.

(continua)

**Quadro 8.1** – Quadro demonstrativo de análise da paisagem.  
(*continuação*)

Formas	Resultado da articulação das linhas formando grandes e pequenas unidades de paisagem. Trabalhar com a geometrização das formas e recortes.
Textura	Vegetal, mineral, antrópica (cultural, industrial).
Sons	Existência (quantificar e qualificar) e não-existência.
Movimento	Alto, médio, baixo. De acordo com a quantidade de linhas e alternância de padrões.
Infra-estrutura e marcos referenciais	Existência ou não de elementos antrópicos na paisagem natural (sinalização, apoio, monumentos).
Luminosidade	Relação entre as cores e a incidência de luz nas paisagens, além de possibilidade de observação.
Seqüência visual	Qualidade da seqüência (quantidade de elementos e alternância).

**Fonte:** Adaptado de Ch. Avocat, apud Rougerie e Beroutchachvili, 1991.

## CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE PAISAGEM

No estudo das trilhas-corredores, são importantes as observações de James Griffith e Valente (1979) sobre o conceito de estrada cênica. A estrada cênica consiste em uma série de paisagens ou unidades visuais que estão dispostas, considerando os paradigmas do tempo, do espaço e do deslocamento do observador. Na estrada cênica, o inventário dos elementos visuais de cada paisagem contribui para a identificação da intensidade visual: alta, média, baixa ou medíocre.

No Parque dos Mananciais, a trilha já existente e utilizada por funcionários e pesquisadores foi adotada como a unidade de paisagem a ser observada. Uma segunda classificação para essa unidade foi a de *estrada cênica*, por sua similaridade com as teorias de Griffith. A descrição dessa unidade e sua fragmentação permitirá determinar uma seqüência de subunidades. Dentre essa seqüência, serão destacadas as Categorias de Matriz e de Manchas (Forman e Godron, 1986). No estudo associado às trilhas, toda a análise da qualidade perceptiva da paisagem recairá sobre a paisagem-matriz da estrada cênica.

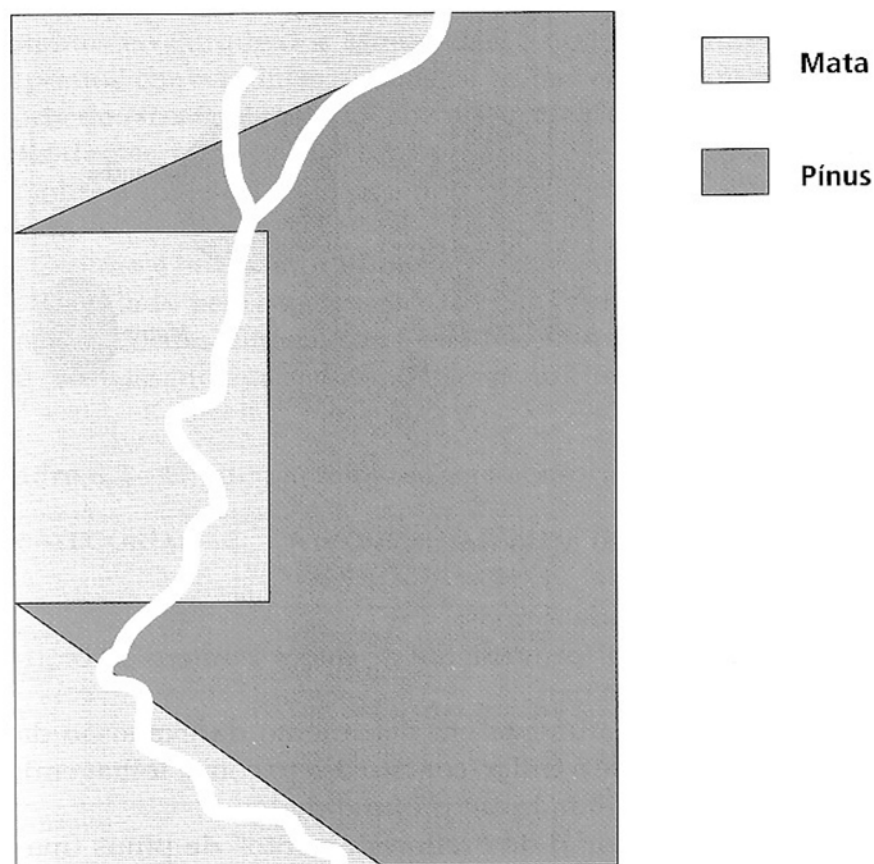
Como mostra a Figura 8.3, a partir do percurso da trilha-corredor, há uma alternância entre duas subunidades: a mata e o "reflorestamento" de pínus. O corredor (trilha-antrópica) perpassa ambas subunidades, porém seu traçado concentra-se sobretudo no "reflorestamento". Obedecendo à seqüência: mata-reflorestamento, reflorestamento, mata, reflorestamento, mata-reflorestamento e reflorestamento. Pela incidência do percurso da trilha recair sobre a área de reflorestamento, considera-se que a matriz da paisagem é o reflorestamento, e conseqüentemente as porções de mata seriam as manchas.

Seqüência da trilha:

- 1) mata/reflorestamento: borda;
- 2) reflorestamento de pínus;
- 3) mata subtropical de altitude – baixada;
- 4) reflorestamento de pínus;
- 5) mata/reflorestamento;
- 6) reflorestamento de pínus.

Analisando a matriz da unidade, ressalta-se a idéia de "porosidade" como ela é descrita em Forman e Godron, em *Landscape ecology* (1986). A porosidade é a medida de densidade das manchas na paisagem-matriz. Para avaliar o nível de porosidade da matriz, foi simplesmente somado o número de manchas presentes. Na unidade analisada, existem apenas duas situações catalogadas pelos autores: situação A, na qual a poro-

**Figura 8.3** – Seqüência de subunidades (matriz e manchas) na trilha do Parque dos Mananciais.

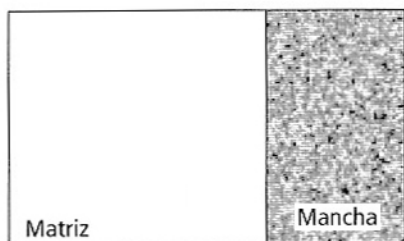


sidade é igual a zero e a situação B, na qual a porosidade (mata) está esparsamente presente na matriz (reflorestamento). A análise da porosidade revela que a matriz é uma unidade composta na sua maior parte pela mesma massa da qual origina sua unidade, o que corrobora para que essa subunidade (reflorestamento-matriz) seja utilizada com parâmetro de comparação (Figura 8.4).

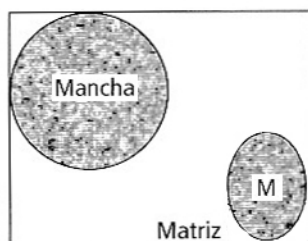
**Figura 8.4 – Análise de porosidade.**

Trilha

Situação a)



Situação b)



Descrição sensorial Mata (mancha):

Mancha

- complexidade de formas;
- riqueza sonora (proveniente de maior número de biótipos: insetos etc.);
- sensação tátil aumenta em detrimento da expansão da vegetação sobre a trilha (contato direto com a folhagem);
- perda da visibilidade em profundidade;
- descrição sensorial do "reflorestamento" de pinus (matriz);
- há grande mobilidade do observador (deslocamento em múltiplas direções);
- paisagem bi-cromática (marrom e verde);
- geometrização do espaço (oriunda da disposição dos pinus);
- monotonia formal;
- simplificação da vegetação.

## QUADRO DE COMPARAÇÃO SENSORIAL

O quadro comparativo tem como objetivo estabelecer parâmetros para a análise das unidades de paisagem similares existentes no Parque dos Mananciais e no Horto Florestal. Como pontos convergentes, ambas as trilhas encontram-se na categoria de *estrada cênica* e localizam-se no mesmo município. A partir desses referenciais, será possível chegar a uma conclusão sobre a qualidade do potencial perceptível da unidade escolhida.

O ritmo é outro fator importante que é incorporado na análise. Ele é dado pelo movimento da paisagem, na alternância das manchas, bordas, linhas, cores etc. No Parque dos Mananciais, ele é compassado, quase harmônico; já no Horto, apesar do com-

Quadro 8.2 – Grade para abordagem sensorial da paisagem.

CATEGORIAS	PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS	HORTO FLORESTAL
Formas	Altas, longas, poucas formas	Muitas formas
Linhas	Retas, verticais	Curvas, curtas
Cores	Poucas cores, frias, escuras	Variadas, quentes, claras
Luz	Opaca	Brilhante
Movimento	Menor movimento (baixo)	Maior movimento (alto)
Textura	Vegetal	Vegetal, mineral
Odores	Leves	Fortes (frutas)
Som	Som de precipitação	Borbulhante (riacho)
Infra-estruturas	Sem estrutura	Com sinalização e mirantes
Campos de visão (amplitude visual)	Médio (90°)	Amplo (em alguns momentos: 360°)
Complexidade visual	Menor	Maior



passo, existem momentos de ruptura que, dependendo do público, a qualidade de atração pode ser potencializada. Na trilha dos Campos do Timoni, o alto grau do movimento influencia no ritmo, análise que é baseada na seqüência visual. A trilha no Parque dos Mananciais, no entanto, apresenta baixo grau de movimento em função de um ritmo que pouco se altera entre o pínus e a mata.

O conceito que se tornará fundamental é o de *Féerie*, como utilizado por Bernard Dort, crítico de teatro francês: a possibilidade da paisagem (espetáculo) surpreender o observador, provocando desordem e inquietação. O observador que esperasse imagens padronizadas e familiares certamente seria surpreendido.

Há pouca complexidade revelada na leitura do potencial perceptivo da trilha do Parque dos Mananciais. Isso só existe se comparado àquela do Horto Florestal. Já que o Horto possui trilhas elaboradas e estruturadas, as quais oferecem maiores potencialidades de percepção, fica a indagação da validade da instauração de uma trilha com propostas similares no Parque dos Mananciais. Como conclusão, está claro que a unidade analisada oferece potenciais perceptivos, já observados na descrição citada.

Contudo, pela sua própria concepção, o Parque dos Mananciais limita o acesso às fontes de água e, considerando que elas são índices de grande valoração da paisagem, não é aconselhável o uso de trilhas para percepção desse Parque. O mais útil seria a utilização das áreas de "reflorestamento" como áreas de lazer moderado – ou seja, repouso e descanso – uma vez que seu potencial perceptivo é moderado.

Com base nessa visão, é possível perceber uma paisagem que é, por um lado, constituída por uma materialidade passível de uma análise objetiva (mensurável e exata) e, por outro, uma análise caracteristicamente subjetiva.

A questão de fundo que está presente nessa proposta metodológica é a seguinte: é possível a existência de metodologias para a análise da paisagem que levem em consideração análises objetivas?

Visto que a intenção de uma análise desse tipo é um levantamento perceptivo da paisagem, todo o esforço do trabalho pode recair sobre o pólo subjetivo. Michel Collot (1986) afirma que só é possível falar da paisagem a partir de sua percepção. Ao contrário de outros “espaços”, a paisagem define-se, sobretudo, a partir de um *espaço percebido*. A subjetividade que acompanha o conceito de paisagem é definida considerando o *ponto de vista* pelo qual ela é observada, isto é, supõe-se que a paisagem seja construída por um sujeito.

Em face das faculdades perceptivas de uma realidade, resalta-se que seu caráter subjetivo deriva sobretudo dos chamados “filtros” interpostos na relação imagens-espetáculo e imagens mentais. Esses filtros são de ordem fisiológica, psicológica e social. O primeiro filtro, o fisiológico, assegura a transmissão da informação; os outros dois – psicológico e social – asseguram a organização e a interpretação das informações retidas. Da união dos três, resulta a apreciação da realidade percebida (Rougerie e Beroutchachvili, 1991).

Para Boullón (1993: 102), expressar um juízo de valor sobre a qualidade da paisagem pelos profissionais do Turismo traz a dificuldade de generalizar seus próprios critérios. O problema seria amenizado a partir da incorporação, nos estudos, de aspectos motivacionais da demanda turística, relacionados ao *gosto*. Dependendo da metodologia, tais estudos podem ter grande importância, como é o caso dos procedimentos um pouco menos superficiais encontrados em Ryan e Sterling (2001).

O juízo perceptivo e sua relação com o percepto, ficam *a priori* baseados numa possibilidade de uniformização dada pela relação entre objeto e sujeito, ou seja, na relação interpretante. A imagem da paisagem solidifica-se a partir da publicidade turística, do jornalismo, das imagens construídas, da ação dos profissionais (guias, agentes). Dessa forma, a paisagem pode ser “planejada” no sentido de que, considerando os aspectos geossistêmicos, é possível inventariar os principais atrativos e escolher os melhores locais por onde os grupos devem passar e perceber, ou seja, aquilo que eles podem e devem ver, no que resulta uma trilha. Um bom trajeto cênico é aquele que, ao lon-

go de seu percurso, escalona uma série de "janelas" (Boullón, 1993: 52).

No entanto, outras sensações, como odores, sons e elementos que, seja pelo grau de dificuldade do acesso, seja pelas experiências com banhos ou outra coisa qualquer, possam despertar interesse, também são levadas em consideração. Elementos dados pela paisagem.

Nota-se dessa forma, a partir de um outro caminho, o encontro dos conceitos de paisagem e cenário. Para Tuan (1980), os conceitos inicialmente se afastam sendo que cenário significaria o mundo da ilusão, que é o teatro, enquanto que paisagem estaria associada ao mundo real, e não da arte (concepção alterada pelos pintores e escritores). A cenografia fica explícita quando os sítios caem nas mãos dos profissionais do Turismo, para que esses realizem o seu planejamento e organização. O planejamento do turismo e da paisagem turística leva em consideração os elementos cenográficos traduzidos em cores, luz, objetos de cena, atmosfera, enfim, possibilita-se a metáfora (Nunes, 2002). A paisagem possui, portanto, características icônicas, indiciais e simbólicas<sup>4</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta metodologia não exclui a importância de investigações que tenham como base a percepção individual ou coletiva dos atores envolvidos no processo da produção e representação da paisagem. No entanto, procura-se evidenciar a validade de elaborar um trajeto metodológico no qual se possam ampliar as discussões acerca da percepção da paisagem, centrando-se, sobretudo, no *caráter potencial* que essa paisagem possua. Conclui-se a importância da realização de um levantamento amplo desse

---

<sup>4</sup> Sobre paisagens simbólicas, Cosgrove (1998: 115) lembra que em Washington D.C., nos EUA, a Casa Branca e o Capitólio são unidos pela Avenida Pennsylvania, mostrando uma possível leitura dessa paisagem urbana: a declaração da cultura política norte-americana escrita no espaço.

potencial; tudo isso no intuito de elaborar um maior feixe possível de potencialidade perceptiva, resultado científico que possa contribuir para categorizar essa paisagem e que amplie as possibilidades de análises. O mais importante é que este procedimento não se transforme numa violência, limitando as percepções individuais e coletivas de seus atores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÉGUIN, F. *Le paysage*. Paris, Flammarion, 1995.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global, esboço metodológico. In: *Caderno de Ciências da Terra*. São Paulo, Instituto de Geografia, 1971.
- BOULLÓN, R. C. *Planificación del espacio turístico*. México, Trillas, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos*. Buenos Aires, Librerías Turísticas, 1993.
- COLLOT, M. Points de vue sur la perception des paysages. In: *L'espace géographique*, n. 3, 1986.
- COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, Uerj, 1998.
- DANSEREAU, P. *A terra dos homens e a paisagem interior*. Belém, Naea/Ufpa, 1999.
- EMBRATUR. *Inventário da oferta turística*. Rio de Janeiro, 1984.
- FERRARA, L. As cidades ilegíveis: percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. (orgs.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo, Studio Nobel, 1996.
- FORMAN, R. & GODRON, M. *Landscape ecology*. Nova York, John Wiley & Sons, 1986.
- GALO JR., H. "Análise da percepção ambiental de turistas e residentes, com subsídio ao planejamento e manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão/SP". São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GERARDIN, V. & DUCRUC, J. P. *Le paysage derrière le paysage*. s/l, 1998. (Mimeog.)
- GRIFFITH, J. & VALENTE, O. Aplicação da técnica de estudos visuais no planejamento da paisagem brasileira. In: *Brasil Florestal*, 10 (37): 6-13, Brasília, 1979.
- INGEGNOLI, V. *Fundamenti di ecologia del paesaggio: studio dei sistemi di ecosistemi*. Milão, Città Studi, 1993.
- MONTEIRO, C. A. F. *Geossistemas, a história de uma procura*. São Paulo, Contexto, 2000.

- NUNES, C. A paisagem como teatro. In: YAZIGI, E. (orgs.) *Turismo e paisagem*. São Paulo, Contexto, 2002.
- ROUGERIE, G. & BEROUTCHACHVILI, N. *Géosystèmes et paysages: bilan et méthodes*. Paris, Armand Colin, 1991.
- RYAN, C. & STERLING, L. Visitors to Litchfield National Park, Australia: a typology based on behaviours. In: *Journal of Sustainable Tourism*. v. 9, n. 1, 2001.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- SILVA, D. et al. Meio Biofísico do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão (SP). *Revista do Instituto Florestal*. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Florestal, v. 10, n. 2, dez./1998.
- TRICART, J. *Paisagem e ecologia*. São Paulo, Depto. de Geografia/USP, 1981. (Mimeog.)
- TUAN, Y.-F. *Topofilia*. São Paulo, Difel, 1980.



# Planejamento Turístico

Doris Ruschmann | Karina Toledo Solha

Nos últimos anos, o planejamento do turismo passou a abordar outras questões que vão além da simples necessidade de planejar, incluindo uma série de elementos indispensáveis para o seu sucesso: definição de políticas de turismo, aspectos ambientais, mudanças nos valores da sociedade, importância da participação da comunidade, entre outros.

Apresentando experiências e técnicas que subsidiam o desenvolvimento de áreas, localidades e regiões turísticas, esta obra foi idealizada para este novo contexto, propondo reflexões por meio dos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores e profissionais de diferentes áreas.

Tendo como foco principal a necessidade da implantação de um planejamento eficaz, os autores discutem temas relevantes neste início de século, como responsabilidade social, prática pedagógica, políticas de turismo, modelos multiorganizacionais, sustentabilidade turística, elaboração de roteiros etc.

O livro traz, ainda, experiências realizadas em diferentes regiões do Brasil e é essencial para estudantes, professores, pesquisadores e profissionais do turismo.



ISBN 85-204-1573-3

